

## Potenciais Deliberativos da Rede: a Conversação Política On-line durante as Manifestações de 2013<sup>1</sup>

Francine ALTHEMAN<sup>2</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as possíveis contribuições deliberativas de conversações políticas on-line durante o período das manifestações no Brasil, que ocorreram em junho de 2013. Foram analisados comentários postados espontaneamente no *YouTube*, a partir da veiculação do vídeo da crônica de Arnaldo Jabor, transmitida no Jornal Nacional, da Rede Globo, comentando esse momento. A discussão on-line gerada nos revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir a formação de esferas públicas nas quais trocas argumentativas são pautadas pela justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas, pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Comunicação; Deliberação on-line; Conversação Política; Cidadania; Manifestações.

### Introdução

Quando indivíduos de um grupo social, de uma comunidade ou mesmo de uma nação se sentem afetados coletivamente por um problema, o processo deliberativo pode ser instaurado para buscar o seu entendimento recíproco. É nesse momento que surge o debate na esfera pública, visando ao consenso coletivo e ao surgimento de uma opinião pública que deve direcionar a agenda política e gerar repercussão de interesse público nos veículos de comunicação.

A esfera pública é parte de uma “engrenagem social voltada para a solução coletiva” (GOMES, 2008, p. 120). Ela é uma estrutura social orientada para a comunicação generalizada, um exercício de comunicação irrestrita entre os concernidos por um problema, e as palavras-chave para a esfera pública funcionar são publicidade,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Unesp. Supervisora de estágio e professora do curso de Jornalismo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), email: [francine.altheman@espm.br](mailto:francine.altheman@espm.br).

acessibilidade e visibilidade. Assim, um alto grau de acessibilidade a fatos, interpretações e informações é fundamental para o seu desenvolvimento.

A internet, mais especificamente as redes sociais, se apresenta hoje como espaço de troca comunicativa que alimenta processos deliberativos mais amplos ao promoverem situações de conversação que levam potencialmente à formação de esferas públicas e ao desenvolvimento de capacidades argumentativas e reflexivas. A conversação política on-line é importante para estruturar e fortalecer processos deliberativos que, ao articularem diferentes esferas públicas, demandam que os sujeitos que nelas interagem tenham tido a oportunidade de desenvolver suas capacidades argumentativas e reflexivas (MAIA, 2008; ALTHEMAN, 2012). A conversação, portanto, pode incentivar os sujeitos a aprimorar formas de pensar, de formular verbalmente, interpretar, argumentar e agir sobre questões políticas que afetam diretamente suas próprias vidas e de outros (CONOVER; SEARING, 2005).

Assim, instaura-se uma situação comunicativa, onde a troca de argumentos e razões deve possibilitar a busca pela melhor solução do problema. Segundo Jürgen Habermas, a deliberação é um processo discursivo que conecta as diferentes discussões que ocorrem nas esferas públicas e toma forma em uma “rede de discursos e negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, morais e éticas” (2003, p. 47). O ideal deliberativo proposto por Habermas é criticado pela sua utopia. Então como funcionaria na prática? E, indo mais além, como aconteceria em um contexto em que todos estão interconectados?

O objetivo deste texto é analisar o contexto deliberativo nas discussões on-line no período das manifestações políticas que eclodiram no Brasil em junho de 2013 e avaliar as possíveis contribuições desses debates ou conversações políticas às discussões que se seguiram ao movimento.

Pretende-se verificar a construção desses contextos on-line potencialmente deliberativos em torno das manifestações no Brasil observando os comentários postados no site *YouTube*, a partir da postagem do vídeo da crônica de Arnaldo Jabor do Jornal Nacional de 12/06/2013. O vídeo analisado foi escolhido devido à quantidade de postagens de comentários argumentativos (mais de 7 mil) que ele gerou que o transformou em uma espécie de fórum de discussão.

A discussão on-line gerada por esse vídeo nos revela que conversações políticas nas redes sociais podem, potencialmente, garantir trocas argumentativas pautadas pela

justificação crítica e racional de pontos de vista, pela revisão de perspectivas; pelo desenvolvimento de capacidades comunicativas e reflexivas e pelo exercício da reciprocidade. É preciso destacar que não se trata de estudar a deliberação on-line, mas de salientar as contribuições que as conversações políticas no *YouTube* podem trazer à deliberação sobre problemas e questões que interessam à coletividade.

É importante, antes de conceituar os ideais normativos de deliberação, contextualizar o momento que estamos analisando, para compreender o período em que as manifestações, motivadas pelas redes sociais, ganharam destaque.

### **As manifestações no Brasil - contextualização**

O movimento nas ruas brasileiras teve grande repercussão em junho de 2013, depois que os principais governos municipais e estaduais decretaram o aumento das tarifas no transporte público. Em São Paulo, a tarifa do metrô e do ônibus teve um aumento de R\$ 0,20. Foi o estopim dos protestos e os alvos eram multipartidários. A primeira grande manifestação chamada pelo Movimento Passe Livre (MPL) aconteceu em 6 de junho, no centro de São Paulo. Nos dias 7 e 11, houve novos atos reunindo milhares de pessoas. Até esse momento, a principal reivindicação era a revogação do aumento da tarifa.

Com a ocorrência de alguns atos de vandalismo, a imprensa, em 13 de junho, dia do quarto ato, passou a exigir o respeito à ordem, com manchetes contrárias aos manifestantes. Arnaldo Jabor, comentarista da Rede Globo, falou durante o Jornal Nacional que os manifestantes “são filhos da classe média, que não precisam dos R\$ 0,20”. Nesse mesmo dia, um forte aparato policial, com a Tropa de Choque a frente, prende diversos manifestantes e deixa mais de 100 feridos, incluindo jornalistas e fotógrafos. A indignação contra a violência policial se espalhou pelas redes sociais, principal ferramenta para a convocação dos atos.

Muita gente que não se importava com o preço dos transportes também passou a ser manifestante. Em 17 de junho, 65 mil pessoas se reuniram no Largo da Batata, em São Paulo, e passaram a ser centenas de milhares em diferentes pontos de São Paulo durante horas. A reivindicação deixou de ser o aumento da tarifa: passou a ser a expressão da indignação do brasileiro. Nesse momento, as manifestações tomaram conta do Brasil e mais de 350 cidades tinham suas ruas ocupadas. A imprensa passa a apoiar o movimento e as instituições políticas tiveram que dar respostas, ressuscitando o tema da reforma política.

Mesmo com a revogação do aumento da tarifa dias depois pelo prefeito e pelo governador, as manifestações não pararam. A convocação acontecia pelas redes sociais e expressava um descontentamento profundo por tudo. Reclamações sobre a saúde, a educação e o transporte, áreas vitais para o cidadão, dominavam em todo o país. Contrapondo-se a isso estavam os gastos vultosos com a Copa do Mundo de 2014, os indícios de corrupção, o investimento em infraestrutura que não teria utilidade após o evento.

A alegria de ter a Copa do Mundo de futebol no Brasil e de que a seleção canarinho volte a vencer converteu-se num negócio mafioso de corrupção em grande escala, da qual participam empresas de construção, federações esportivas nacionais e internacionais, e administrações públicas de diversos níveis, utilizando em boa medida fundos públicos sem controle de contas (CASTELLS, 2013, p. 179).

A população parecia cansada do modelo de democracia, que está sendo reduzida a um mercado de votos, sem direito à participação do povo. A população queria ver todos os seus direitos fundamentais, usurpados por um crescimento a qualquer custo, respeitados. Para isso, foi para as ruas exigir que sua voz fosse ouvida. “Como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um” (CASTELLS, 2013, p. 178). Os partidos políticos foram – todos – hostilizados, porque os manifestantes estavam descrentes de quaisquer políticos. Manifestantes com bandeiras de partidos foram expulsos das manifestações. Isso deixa evidente uma crise das representações políticas e o surgimento de um descontentamento com a democracia contemporânea, que emergiu a partir do Iluminismo.

Esses movimentos que começam nas redes sociais não aconteceram somente no Brasil. Desde 2010 vem surgindo no mundo todo movimentos sociais que desafiam as instituições políticas: Tunísia, Egito, Islândia, Espanha, as insurreições árabes e até nos Estados Unidos. Em diversos lugares do mundo, o ideal de democracia está sendo colocado em dúvida.

A autonomia comunicativa dada ao cidadão, e seu conseqüente empoderamento, faz com que se repense a ideia de democracia representativa. A comunicação em rede mostra a formação de um novo espaço público de discussão e participação. Mas até que ponto essa nova configuração da esfera pública pode ser considerada efetivamente um espaço de deliberação? É essa a análise que trago a seguir.

## Esferas públicas digitais

Deve-se ter cautela em apontar os fóruns on-line como esferas públicas, pois a troca argumentativa que caracteriza uma esfera pública é reflexiva, mesmo sendo de natureza conflitiva, propondo sempre a continuação do diálogo e a diversidade de públicos e a proliferação de todos os tipos de vozes na rede conectada podem caminhar na contramão dessa definição (MARQUES, 2010).

Sérgio Amadeu da Silveira (2009) ainda aponta outras objeções para considerar o ciberespaço como esfera pública, no sentido habermasiano, como a natureza da própria rede. A definição de esfera pública pressupõe demandas de validade – verdade, veracidade e correção –, a discussão em um espaço público, com acesso igual a todos, e o agir orientado ao entendimento. Desse modo, a rede interconectada não poderia, a priori, cumprir esses requisitos. Além disso, como destaca Habermas, a formação de uma múltiplos mini-espaços públicos especializados na web pode fazer com que os sujeitos restrinjam suas interlocuções àqueles espaços que congregam os temas de sua preferência e os interlocutores que pensam como eles:

O crescimento de milhões de salas de bate-papo (*chat rooms*) fragmentadas através do mundo tende a uma fragmentação de amplas audiências de massa, porém politicamente focadas, em um grande número de públicos isolados e voltados para uma única questão (HABERMAS, 2008, p. 13).

Isso faz com que a comunicação digital seja realizada não apenas com o uso da linguagem comum que é dominada por todos os interagentes. A comunicação em rede é intermediada por *softwares* e condicionada por protocolos que delimitam os conteúdos e os formatos de interação. A assimetria entre interagentes no interior do ciberespaço é demasiadamente grande para colocar em dúvida se os atos de fala e a liberdade comunicativa são minimamente equilibrados nas interações entre os que dominam ou entendem os códigos e os que não entendem (SILVEIRA, 2009).

O fato é que persistem ainda assimetrias nas relações e oportunidades de acesso à rede interconectada, o que impede os indivíduos de participarem ativamente e de forma igualitária da esfera pública. O uso da linguagem de forma clara, para que todos se entendam mutuamente, também é uma barreira na internet, já que nem todo significado atribuído à sentença é entendido por todos os participantes.

No entanto, Silveira (2009) e Girardi Júnior (2009) mostram que o conceito de Habermas sobre esfera pública em correlação com o mundo digital pode ser repensado. O ciberespaço pode ter contornos deliberativos, bem como os critérios normativos para o estudo das possíveis esferas públicas interconectadas.

Apesar de o termo esfera pública interconectada gerar controvérsias entre os autores, principalmente aqueles que seguem o ideal habermasiano, é possível encontrar contextos deliberativos na rede. O próprio pensamento de Habermas sofreu grandes mudanças desde *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Novos espaços de deliberação são formados e, com o passar dos anos, Habermas observa a força da esfera pública não está na sua efetiva realização cotidiana, mas sim em novas possibilidades de expressão. Mesmo assim, não utiliza o termo esfera pública interconectada em seus textos, ignorando a crescente utilização das redes interconectadas como espaços de debate e discussão.

Liráucio Girardi Júnior (2009) sugere que repensemos a esfera pública por meio das novas possibilidades de redes interconectadas e dos processos de interação mediados. “Um mundo de fatura de acessos, conexões, escolhas, relacionamentos conhecimentos, sensações, informação etc. mediados por tecnologias capazes de garantir um fluxo de conversação incessante e livre” (2009, p. 99).

Para mostrar outro aspecto da esfera pública, que pode ser verificada na rede interconectada, de forma mais simples e pragmática do que aquela formulada por Habermas, é interessante observar os estudos de Yochai Benkler (2006).

Benkler parte da comparação empírica de duas plataformas de esferas públicas: uma dominada pelos *mass media* e outra que ele chama de esfera pública interconectada. A economia informacional das redes seria a principal forma da esfera pública interconectada. Para ele, a rede dá aos atores sociais - os concernidos por um problema - maiores possibilidades de manifestação, o que demonstra uma reconfiguração e ampliação da esfera pública.

Assim, Benkler afirma que já podemos falar em esfera pública interconectada que

(...) não é feita de ferramentas, mas das práticas de produção social que essas ferramentas possibilitam. O principal efeito da Internet sobre a esfera pública em sociedades liberais depende da informação e da atividade de produção cultural de atores de não-mercado emergente: indivíduos que trabalham sozinhos e de forma cooperativa com os outros, associações formais, como ONGs, e os efeitos que tudo isso provoca na mídia em si (BENKLER, 2006, p. 219-220).

Outras características, segundo Benkler, são a arquitetura da rede e os baixos custos. Além disso, ela supre os problemas com relação à comunicação de massa, que dá excessivo poder aos seus proprietários, suprimindo o caráter igualitário da esfera pública.

Sem deixar de lado as barreiras digitais da rede, Rousiley Maia (2008) também observa o potencial democrático e deliberativo da internet. “A rede pode proporcionar um meio pelo qual o público e os políticos podem comunicar-se, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos” (2008, p. 277).

Mesmo considerando as diversas possibilidades de construção de esferas públicas, os autores têm cautela ao falar sobre esfera pública digital. É importante lembrar que se expressar não garante a formação dessas esferas e não garante ser ouvido e que os argumentos sejam compreendidos, pois a igualdade não é exatamente uma característica da rede. “Redes existem apenas em situações de assimetria ou incongruência. Se não, nenhuma rede seria necessária – pares simétricos podem se comunicar, mas pares assimétricos devem ‘se enredar’” (GALLOWAY, 2010, p. 89).

Benkler, como bem apontou Sergio Amadeu da Silveira (2009) também constata as objeções feitas à esfera pública digital, a saber:

- 1) O excesso de informação gera uma enorme “Torre de Babel” e acabará reforçando a desagregação do debate público;
- 2) a concentração das atenções está ocorrendo na rede e poucos são os sites com grande audiência;
- 3) o enfraquecimento da grande mídia representa o enfraquecimento da função de “cão de guarda” da democracia;
- 4) os países autoritários podem usar filtros e monitoramentos para silenciar a internet;
- 5) a exclusão digital é um impeditivo para que a rede possa ser considerada um espaço público de debate abrangente (SILVEIRA, 2009, p. 80).

Manuel Castells (2013), por outro lado, ao analisar os diversos movimentos sociais na era da internet, aponta a rede como fator fundamental para o sucesso das manifestações no mundo todo. Apesar dos movimentos acontecerem nas ruas, é nas redes sociais que eles tomam forma e intensidade.

Os movimentos sociais em rede, como todos os movimentos sociais da história, trazem a marca de sua sociedade. São amplamente constituídos de indivíduos que convivem confortavelmente com as tecnologias digitais no mundo híbrido da realidade virtual. Seus valores, objetivos e estilo organizacional referem-se diretamente à cultura da autonomia que caracteriza as novas gerações de um novo século. Não poderiam existir sem a internet. Mas seu significado é muito mais profundo. Eles são talhados para o papel de agentes da mudança na sociedade em rede, num contraste agudo com as instituições políticas obsoletas herdadas de uma estrutura social historicamente superada (CASTELLS, 2013, p. 170-171).



Alguns desses princípios, como veremos no próximo tópico, serão utilizados como base para refletir e analisar a participação política daqueles que participaram do movimento no Brasil em um espaço de discussão on-line.

### **Conversações Políticas no *YouTube*: um novo espaço de debate**

Vários espaços virtuais, a princípio vistos como não políticos, geram discussão política, expondo os participantes a perspectivas diferentes e convidando-os a se posicionarem. Nesse sentido, o percurso metodológico aqui desenvolvido leva em conta que um processo deliberativo não se apresenta de maneira pontual, mas se desdobra em diferentes momentos no ambiente de conversação on-line.

Apesar de não ter sido a principal ferramenta da internet para conectar manifestantes que foram para as ruas no Brasil – as mais utilizadas foram o Facebook e o Twitter – as trocas de enunciados no *YouTube* tiveram aspectos considerados como deliberativos, por isso é interessante observar esse espaço virtual nesse contexto político social do país.

Pode-se destacar ainda o fato de que o próprio espaço do *YouTube* oferece ferramentas para a construção da conversação. A persistência, a possibilidade de responder a qualquer mensagem e o arquivamento das trocas permite que os enunciados não só sejam facilmente recuperáveis, como também traçar as diferentes conexões que realizam dentro e para além do espaço no qual foram postados.

Quanto às contribuições que conversações políticas no *YouTube* podem oferecer ao processo deliberativo mais amplo sobre as manifestações no Brasil, procurou-se observar, a partir das trocas desencadeadas por um vídeo específico, como os interlocutores identificavam uma série de possibilidades de abordar o problema; como buscaram compreender as principais nuances da questão; o modo como se deu a apropriação e contestação crítica dos pontos de vista publicamente disponíveis; e como ocorreu a explicitação das premissas que sustentam pontos de vista. Busca-se revelar se as conversações podem contribuir para a realização dos seguintes princípios normativos que guiam a deliberação:

- Discussão crítico-racional: como os participantes expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser refutados e justificados;



- Reciprocidade: envolve a troca de turnos e respostas às afirmações dos outros. O ponto de vista apresentado deve ser confrontado pela visão oposta dos outros, com respeito mútuo;
- Reflexividade: os participantes se mantêm flexíveis para alterar suas opiniões e preferências quando confrontados com críticas e argumentos sustentados pelos outros.

No quadro abaixo estão sintetizadas as principais características da conversação política e suas potenciais contribuições ao processo deliberativo tomando como base alguns dos princípios normativos elaborados por Habermas:

	<b>Conceito</b>	<b>Operacionalização</b>
Discussão crítico-racional	O modo como os participantes de trocas comunicativas em espaços on-line expressam seus pontos de vista sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados. Deve ter coerência e continuidade.	Análise de conteúdo de todas as mensagens compreendidas pelo corpus empírico; observar se as afirmações são baseadas em razões (justificadas) e quão complexas elas são; avaliar as evidências apresentadas, experiências pessoais, testemunhos e reflexões críticas.
Reciprocidade	A opinião deliberativa deve ser confrontada pela visão oposta dos outros, envolvendo respeito mútuo e escuta atenta do ponto de vista apresentado pelos outros.	Associar a reciprocidade à alternância de turnos entre os participantes, notar se os participantes se engajam uns com os outros; em que medida uma mensagem leva em consideração argumentos e opiniões de uma mensagem precedente.
Reflexividade	Os participantes devem se manter flexíveis para alterar suas opiniões e preferências quando confrontados com	Analisar o conteúdo que seleciona os exemplos e evidências acionados para justificar um argumento; também é possível combinar a análise

	críticas e argumentos sustentados pelos outros.	de conteúdo com entrevistas com os participantes para saber se eles mudaram de opinião ou se demonstraram estar mais informados depois do debate.
--	---	---

Fonte: elaboração da autora.

O vídeo analisado é o comentário de Arnaldo Jabor no Jornal Nacional de 12 de junho de 2013, já citado no início desse texto<sup>3</sup>. Ele fala a respeito das primeiras manifestações, chamando os manifestantes de ignorantes políticos e dizendo que eles não valem R\$ 0,20. Vejamos uma sequência de trocas de pontos de vista<sup>4</sup> nos comentários:

1. Achei que Arnaldo Jabor teria uma posição mais ética!!Frente a esse momento de revolta com razão de nos brasileiros!
2. Arnaldo, a unica verdade que você falou nesse seu discurso demagogo e sofista foi a questão da PEC 37, porque o resto é tudo besteira, porque o povo não pode reivindicar melhoria na educação na saúde ou na segurança pública? por favor guarde seu discurso pra os editores da globo que é a verdadeira dona de sua opinião
3. Querido arnaldo Jabor. As pessoas que estão nesta manifestação são pessoas que convive e vive a realidade desse país.Esse país fictício que você criou aí dizendo que não tem porque as pessoas estarem revoltosas, com certeza não é o brasil onde mais de 70% da população são pobres, que pessoas morrem nas filas de hospitais por falta de atendimento médico, que há inúmeros mendigos nas ruas, que professores ganham mal, que o país não tem condições de dá um salário mínimo que não seja tão mínimo p ele está correto em tudo o que ele falou.
4. Cale a boca seu lixo. Jabor FDP. Pegue o cartão do seu plano de saúde e enfie no mesmo lugar que você limpa com notas de 100 reais. Sabemos muito bem pelo que estamos lutando.. apenas não sabemos o que gente que não vale nem uma gozada, como você, ainda está fazendo na mídia. O seu emprego é manipular a cabeça dos nossos irmãos que ainda não acordaram ou que não tiveram acesso a educação que merecem. Tá na hora de mudar esse país.. agora ou nunca!
6. Estão criticando o Jabor à toa, como se ele só tivesse falado palavras 100% erradas! Até os 25s ele falou uma verdade, pois analisando as imagens da internet junto com as da imprensa, é nítido que muitos dos que foram às ruas e uma pequena parcela que depredou alguma coisa, eram sim de classe média; e daqueles filhinhos de papai que sabem que não vão ficar preso! No restante do vídeo ele fez uma crítica para provocar a população a reclamar sabendo do porquê! A maioria que foi aos protestos nunca leram a Constituição! Pow, em pleno ano de 2013? Quem tem Facebook consegue acessar o Google e pesquisar para ler! E se não entender, não faltam sites para explicar! É triste, mas a onda do Anonymous Brasil conseguiu fazer a população prejulgar um vídeo que é provocativo e necessário de se ver, assim como conseguiram desinformar muita gente! ;)

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

<sup>4</sup> A grafia foi deixada como publicada, incluindo erros gramaticais. Como eram mais de 7 mil comentários, somente os mais significativos foram colocados como exemplo neste texto.

7. .ISSO MESMO. FICAM CRUCIFICANDO O JABOR, MAS É PQ ELE FALOU A VERDADE. E OS "PROTESTANTES" SÓ SAÍRAM ÀS RUAS MESMO PRA IMITAR O PESSOAL DO EXTERIRO. ACHARAM BONITO. E PQ SABEM QUE AQUI A REPRESSÃO SERIA LIGHT. SE O PAU COMESSE, E CORRESSEM RISCOS, OS "VALENTES" NEM SAÍAM DE CASA. EXPERIMENTA FAZER UMA GUERRA E COBRA O ALISTAMENTO VOLUNTÁRIO PRA VER. NÃO APARECE NINGUÉM. KKKK
8. O negocio não é se protestos violentos é bom ou ruim, isso é um fenômeno inevitável, as instituições estão fracassadas e imoralmente arruinadas pela ganancia e desmandos, o povo já não aguenta mais, as elites e mídia viram seu castelo tremer e procuraram rapidamente desqualificar rapidamente o movimento popular, se as coisas ã mudar de verdade o castelo vai cair! o povo vai demolir novamente bastilha!
9. Infelizmente, é a mais pura verdade, muitos que estavam ali nem sabiam o por que de certas questões politicas. muitos dos que diziam que os politicos nao o representavam, votaram neles nas ultimas eleições, muitos votaram em corruptos e vao pras ruas dizerem que o brasil acordou. Hipócritas. isso mesmo hipocritas e idiotas.
10. essa nação revoltada são os filhos de um brasil mau administrado roubado estuprado por governantes cruéis e sanguinários mais um dia eles serão vitimas de suas atitudes irracionais recebendo como retorno a violência em massa.

Algumas reações ao vídeo revelam trocas em que os interagentes buscam estabelecer o que é importante a ser levado em consideração. Procura-se identificar uma série de possibilidades de abordar o problema, de compreender as principais nuances da questão e até de identificar os potenciais parceiros de discussão, as premissas que sustentam suas posições e características que potencialmente os tornam um “público”. Na análise dos comentários, é possível detectar traços do que Habermas caracteriza como troca argumentativa. As posições, sob a forma de objeções, demonstrações e contra-objeções, foram construídas de maneira a evidenciar que a maioria dos membros demonstra que conhece o assunto, fundamenta os seus proferimentos de acordo com evidências externas e experiências pessoais e os articula de modo a se configurarem como potencialmente aceitáveis – o que contribui para os princípios deliberativos da discussão crítico-racional e da reflexividade. Contudo, muitos reagem negativamente e muitas vezes agressivamente ao serem refutados, o que contraria os princípios deliberativos da reciprocidade e do respeito mútuo.

Ao analisar os comentários acima, percebemos que maioria dos participantes baseia suas afirmações em justificativas passíveis de serem compreendidas e defendidas, com a tendência para colocar no contexto de sua exposição a sua própria história de vida. No entanto, há também comentários cuja perspectiva não é formulada de maneira explícita, como por exemplo o número 4. Também é possível observar a agressividade exagerada de alguns comentários (número 5, por exemplo), o que prejudica a realização do princípio da

igualdade discursiva do debate, tendo em vista que pode desqualificar o interlocutor e inibir a participação de outras pessoas.

É importante observar que a liberdade discursiva está garantida aos participantes, pois estes não têm suas afirmações suprimidas, apagadas ou mesmo restringidas. Nenhuma mensagem foi removida por um moderador. No entanto, mensagens degradantes e ofensivas (com palavrões e xingamentos) ameaçam a igualdade discursiva, apesar de todos poderem participar do debate livremente e haver equilíbrio entre as postagens. O fato de os participantes permanecerem no anonimato colabora para esse tipo de atitude. Além disso, é correto afirmar que as trocas comunicativas em espaços dialógicos da rede nem sempre se apoiam sobre argumentos logicamente válidos e nem sempre as opiniões são acompanhadas das justificações necessárias (MARQUES, 2010).

Para Manuel Castells (2013), o sucesso dos sites de relacionamento não é o anonimato, “mas, pelo contrário, a autoapresentação de uma pessoa real conectando-se com outras reais” (2013, p. 169). Nesse sentido, é interessante observar que aqueles que postaram os comentários com argumentos válidos e justificados, na maioria das vezes, não ficavam no anonimato (colocavam nome e sobrenome, além da foto). Já aqueles que ameaçavam outros participantes ou postavam mensagens ofensivas, raramente apareciam com o nome verdadeiro.

A tolerância e o respeito diante dos pontos de vista diferenciados – os quais só se concretizam por meio da ação de se colocar no lugar do outro – são, de modo geral, dificilmente alcançados nas trocas on-line, dada a predominância da tentativa de convencimento por meio da retórica, da desvalorização e descrédito atribuídos ao ponto de vista alheio, e da tendência ao reforço de opiniões em grupos homogêneos. A pouca tolerância entre os interlocutores conduz a resultados pouco reflexivos e muito mais articulados como uma disputa retórica e estratégica por convencimento. Em situações como essa, a revisão individual de um ponto de vista à luz das considerações dos outros (reflexividade) fica comprometida.

A reciprocidade nos revela em que medida os participantes trocam opiniões, pedem esclarecimentos, incorporam e/ou respondem aos pontos de vista de seus interlocutores. O fato de proverem respostas reciprocamente, e por escrito, indica que os participantes da discussão refletem sobre os argumentos propostos, que os conhecem e que, de certa forma, entendem o que seus interlocutores querem dizer. Essa dinâmica permite a valorização e o

desenvolvimento de habilidades cívicas como, por exemplo, o exercício de explicar, revisar e transformar perspectivas à luz das observações e indagações feitas pelos outros.

### **Algumas considerações**

No contexto das manifestações no Brasil, ficou claro que as redes sociais foram fundamentais para a formação de todo o movimento e que a conversação política on-line foi um processo que permitiu aos sujeitos se perceberem como participantes de um processo deliberativo que os ultrapassou e que, ao mesmo tempo, ofereceu a possibilidade de tomarem a palavra e terem-na inserida em uma rede de esferas públicas digitais.

Nesse sentido, a interação comunicativa destinada à definição e à interpretação de uma questão política possibilita aos sujeitos colocar em prática suas habilidades e conhecimentos, submetendo-os à apreciação e ao julgamento de seus parceiros de conversação. Além disso, houve uma tomada de posição no debate com relação aos valores e pontos de vista compartilhados entre os interlocutores.

As conversações políticas auxiliam os cidadãos a aprimorarem suas capacidades comunicativas e reflexivas ao convidá-los a tomar parte e a assumir os riscos do debate público como, por exemplo, ter seu ponto de vista desafiado e recusado; ser insultado e depreciado; tematizar questões delicadas, etc. (MARQUES, 2010).

Manuel Castells (2013) fala que o possível legado dos movimentos sociais em rede, desse processo de comunicação on-line, será uma nova forma de democracia. Mas ele mesmo alerta que esse movimento ainda está em aberto, em curso.

Não há dúvida de que esses movimentos constroem uma nova forma de pensar a esfera pública no espaço da internet. Não é a mesma esfera pública, com os ideais utópicos de deliberação formulados por Habermas, mas um espaço para debater e discutir política. É possível perceber, em diferentes espaços da rede, uma dinâmica de negociação e contestação de pontos de vista em busca de um entendimento compartilhado de determinadas questões.

No entanto, há que se ter cautela em apontar espaços *on-line* como esferas públicas, pois os diferentes tipos de arquitetura discursiva dos espaços *on-line* possuem tanto o potencial de constranger quanto de facilitar a abertura, o uso da razão, a criatividade cultural, a auto-organização e a solidariedade.

Assim, faz-se necessário conhecer melhor espaços de conversação on-line como o *YouTube* e seu potencial de conectar indivíduos dessemelhantes para produzir uma fala

política intersectada, capaz de promover relações com as diferentes discussões e espaços políticos (formais e informais) que integram o amplo processo deliberativo.

## Referências

ALTHEMAN, F. Esferas Públicas de conversação política: processos de comunicação para a construção de cidadania entre profissionais da saúde. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2012, Fortaleza. Anais do XXXV Intercom. São Paulo: Intercom, 2012, v. 35.

BENHABIB, S. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas** – textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, pp. 109-141.

BENKLER, Y. **The wealth of networks**. How social production transforms markets and freedom. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONOVER, P; SEARING, D. D. Studying ‘Everyday Political Talk’ in the Deliberative System. **Acta Política**, Houndmills, Vol. 40, n° 3, set. 2005, pp. 269-283.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, Duke University, n° 25/26, 1990, pp. 56-80.

GALLOWAY, A. R. Qual o potencial de uma rede? In: SILVEIRA, Sergio Amadeu da (Org.). **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010, pp.87-99.

GIRARDI JR., Liráucio. Trocas simbólicas no ciberespaço e os processos de construção de esferas públicas interconectadas. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, pp.90-106.

GOMES, W. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 117-162.

HABERMAS, J. Jürgen Habermas: Morality, Society and Ethics – an interview by Torben Hviid Nielsen. **Acta Sociologica**, n° 33, v. 2, 1990, pp. 93-114.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Libero**, São Paulo, Ano XI, n° 21, jun. 2008.

HABERMAS, J. **Fundamentação linguística da sociologia**. Obras escolhidas de Jürgen Habermas. Vol. I. Lisboa: Edições 70, 2010.

MAIA, R. C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp.195-219.

MAIA, R. C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições da deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 277-292.

MARQUES, A. A deliberação online como uma das dimensões políticas da comunicação mediada por computador: reflexões teórico-metodológicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo: Intercom, 2010.

MARQUES, A. A conversação informal na internet: condições interacionais e contribuições para uma análise qualitativa. In: BRAGA, J.L.; LOPES, M. I. V. & MARTINO, L. C. (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010, p.315-340.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Esfera pública interconectada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Ângela; COSTA, Caio Túlio et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, pp.70-89.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, J. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 365-386.